

AUTONOMIA DEFERENTE: UMA CRÍTICA EPISTÊMICA AO NEGACIONISMO CIENTÍFICO

DEFERENT AUTONOMY: AN EPISTEMIC ATTACK ON SCIENCE DENIALISM

SÉRGIO FARIAS DE SOUZA FILHO

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Filosofia-UFPE BRASIL

sergiofariasfilho@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1831-2515>

ANDRÉ NEIVA

Universidade Federal de Alagoas, BRASIL

al.neiva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0078-2976>

Abstract. It is rational for the agent to be epistemically autonomous and deferent. However, these epistemic attitudes seem to be intrinsically incompatible. This conflict is particularly critical in the case of scientific denialism, characterised by the deliberate denial of consensual scientific claims. The goal of this paper is to show that epistemic autonomy and deference are fully compatible and mutually exercisable epistemic attitudes, in such a way that the autonomous agent should defer to scientific consensus. We argue that it is rational for the epistemically autonomous agent to defer to scientific consensus because of the existence of a higher-order evidence regarding the trustworthiness of this consensus. The fundamental error of the denialist is to fail to recognise the evidence of trustworthiness in virtue of which one should defer to the scientific claim. The proper understanding of the relation between epistemic autonomy and deference is a fundamental step in proving the irrationality of scientific denialism and, subsequently, attacking it.

Keywords: epistemic autonomy • epistemic deference • scientific denialism • higher-order evidence • evidence of trustworthiness

RECEIVED: 11/12/2023

REVISED: 13/08/2024; 03/01/2025

ACCEPTED: 16/07/2025

1. Introdução

A epistemologia investiga a natureza e o escopo do conhecimento humano e avalia a racionalidade das nossas crenças: como podemos conhecer o mundo e sob quais condições nossas crenças são racionalmente justificadas? Tradicionalmente a epistemologia é *individualista* ao abordar os problemas do conhecimento e da justificação racional de nossas crenças a partir de um ponto de vista individual: o agente epistêmico busca individualmente conhecer o mundo e justificar racionalmente as suas crenças, sem consultar ou interagir com outros agentes. A epistemologia individual



procura explicar como o agente, usando seu próprio aparato cognitivo, pode conhecer o mundo e ter crenças justificadas independentemente do ambiente social no qual está inserido. Por exemplo, para René Descartes (1701 [2017]), somente aquelas crenças que o sujeito pode *individualmente validar* são candidatas — ou casos genuínos — ao conhecimento.

A epistemologia individual tem sido questionada e seus pressupostos postos em xeque por uma série de epistemólogos que propõem uma *reviravolta social* na epistemologia contemporânea. Eles defendem que os problemas epistêmicos devem ser abordados de um ponto de vista social: o agente epistêmico está em constante interação com outros agentes que, *coletivamente*, buscam conhecer o mundo e justificar racionalmente suas crenças (Goldman 1999). Um fato importante a esse respeito é que o *testemunho*, tido como a fonte social do conhecimento por excelência, apenas por volta do fim do século passado passou a ter um lugar de maior destaque na área da epistemologia (Coady 1992).¹ A epistemologia social fundamenta-se na ideia de que o conhecimento é construído socialmente e compartilhado entre os agentes epistêmicos. Fatores sociais contribuem para a epistemologia ao introduzir e refinar os problemas e metodologias epistêmicas.

O objetivo deste artigo é avaliar, à luz da epistemologia social, a racionalidade do negacionismo científico. Iniciaremos avaliando um aparente *conflito* entre a *autonomia* e a *deferência* epistêmica. Seriam estas posturas epistêmicas intrinsecamente incompatíveis? Analisaremos como este conflito é particularmente crítico no âmbito do *negacionismo científico* contemporâneo, que consiste na *negação deliberada da autoridade epistêmica do consenso científico*. Argumentaremos que este é um conflito meramente *aparente*, de modo que ambas as posturas são *plena e mutuamente exercíveis* quando bem compreendidas. Também mostraremos que a compreensão adequada da relação entre a autonomia e a deferência epistêmica não fomenta o negacionismo, mas constitui um passo fundamental para compreendê-lo e, posteriormente, combatê-lo. Entretanto, a recusa à deferência, em nome da autonomia epistêmica, não é o único caminho que leva ao negacionismo. Outro caminho é a *deferência viciosa*, no qual o negacionista defere a um falso especialista que rejeita o consenso científico. Desenvolveremos então a *proposta da autonomia deferente* a fim de mostrar como o agente autônomo está *racionalmente justificado* em deferir ao consenso científico, em contraposição à deferência viciosa.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. Na próxima seção, analisamos o aparente conflito entre a autonomia e a deferência epistêmica. Na terceira seção, apresentamos o negacionismo científico, tanto em sua versão individual como em sua versão viciosamente deferente. Na quarta, desenvolvemos a *proposta da autonomia deferente*. A autonomia epistêmica e a deferência científica são mutuamente exercíveis devido à existência de *evidência de ordem superior* quanto à *credibilidade* do consenso científico. É isto o que *racionalmente justifica* a deferência científica.

Por fim, na quinta seção respondemos a certos problemas que podem ser levantados contra a nossa proposta, argumentando que estes em nada atingem a sua viabilidade.

2. Autonomia vs. Deferência Epistêmica

O que é um agente epistemicamente *autônomo*? Intuitivamente pensamos na autonomia como o autogoverno ou a autorregulação, mas tecnicamente a autonomia tem um sentido mais específico. Trata-se da autoridade do agente em tomar decisões importantes quanto à sua própria vida e determinar as suas ações de acordo com os seus *princípios* e *valores*. Ou seja, a autonomia exclui a coerção, a manipulação e outras formas de sujeitar a vontade do agente à vontade de um terceiro.

A autonomia é evidentemente um conceito central na ética (autonomia moral) e filosofia política (autonomia política), mas até não muito tempo o conceito de autonomia epistêmica não estava plenamente estabelecido na epistemologia contemporânea (Matheson & Loughheed 2022, pp.1–2). O agente epistemicamente autônomo é aquele que *exige razões* diretas e cogentes a fim de formar e justificar as suas próprias *crenças*, dispensando o relato de outros agentes quanto a quais crenças são verdadeiras ou justificadas (Fricker 2022, Goldberg 2011). Goldberg (2013) oferece a seguinte concepção de autonomia epistêmica:²

Um sujeito epistemicamente autônomo é aquele que julga e decide por si próprio, formando os seus juízos e decisões a partir das razões que ele próprio possui, avaliando a relevância dessas razões e, se questionado, sendo capaz de articular a relevância de suas razões para o juízo ou decisão em questão. (p.169)

Em suma, o agente epistemicamente autônomo não se apoia no juízo dos outros, mas conduz a sua *própria investigação* a fim de determinar a verdade e a justificação de suas crenças, baseando-se em seus próprios recursos cognitivos. Mais especificamente, agentes racionais que exercem autonomia epistêmica não procuram se apoiar primariamente no testemunho de outras pessoas para formar as suas crenças (bem como obter razões para apoiá-las).

Mas o que justifica a formação e a manutenção de crenças por parte dos agentes racionais? Aqui assumimos o *evidencialismo*, isto é, a tese segundo a qual somente a *evidência* constitui o *fundamento racional* para a formação e a manutenção de crenças (Hume 1748 [1999], p.170; Clifford 1877 [2003], p.518).³ Ou seja, a evidência é o que *racionalmente justifica* as crenças do agente epistêmico. Também assumimos que E constitui uma evidência para a crença de que P se e somente se E torna P provável (Joyce 2005). Isto requer que duas condições sejam satisfeitas: (a) E deve ser a evidência total disponível ao agente (Carnap 1947), não somente uma porção ou subconjunto desta; (b) E deve tornar P mais provável do que não-P, ou seja, dada a

evidência total, P é mais provável do que não-P. Se essas duas condições são satisfeitas, então dizemos que E confere justificação à crença de que P no sentido de ser uma boa indicação de que P é verdadeira. Neste caso, portanto, a justificação que E *confere* à crença de que P é conducente à verdade.

À primeira vista, exercer a autonomia é epistemicamente desejável. Significa ter certo controle sobre o que acreditamos, ou melhor, ser capaz de gerir mais diretamente o modo como formamos e mantemos as nossas crenças. Entretanto, aqui surge um problema.

A fim de formar e fundamentar as suas crenças, o agente epistêmico deve ajustá-las às evidências disponíveis. No entanto, o agente epistêmico tem uma inegável *limitação epistêmica*: ninguém sabe de tudo. Temos capacidades cognitivas limitadas, bem como tempo limitado para desenvolvê-las. Ademais, não somos capazes de avaliar evidências e resultados científicos *especializados* de diversos domínios do conhecimento. Assim sendo, como podemos formar e fundamentar as nossas crenças à luz de tamanha limitação cognitiva? É aqui que a *deferência epistêmica* exerce um papel fundamental.

A pandemia de COVID-19 teve profundo impacto no mundo e a combatemos através do uso de máscaras, distanciamento social e, finalmente, vacinas. Mas como sabemos da eficácia destas medidas? A menos que tenhamos formação nas ciências biológicas, sabemos disso apenas por *deferência aos especialistas*. Ou seja, precisamos seguir as pesquisas e o consenso científico que demonstram a eficácia destas medidas no combate à pandemia.

A deferência epistêmica racional consiste justamente no *deferimento aos especialistas* de uma determinada área. De maneira mais específica, para qualquer tópico no qual o agente epistêmico não é um especialista, deve-se deferir aos especialistas porque estes possuem mais conhecimento. Se um agente epistêmico não tem competência (*expertise*) e treinamento em uma determinada área, então o agente deve deferir às opiniões dos especialistas nesta área. Na medida em que o agente é incapaz de *avaliar diretamente* a evidência disponível quanto a um determinado tópico, deve aderir à posição dos especialistas e ao consenso científico.

Note que a deferência epistêmica resulta da *divisão do trabalho epistêmico* com respeito à produção do conhecimento. Dada a nossa limitação cognitiva e a impossibilidade de individualmente conhecermos todos os aspectos da realidade, devemos dividir o trabalho de produção de conhecimento entre especialistas.

Na deferência, há uma *dependência epistêmica* da crença do agente para com a crença dos especialistas da comunidade científica.⁴ Por exemplo, a nossa crença quanto à eficácia da vacina no combate à pandemia de COVID-19 depende das crenças dos cientistas. Isto mostra que o agente epistêmico depende radicalmente do consenso científico para racionalmente decidir como viver em uma pandemia.

Contudo, a deferência à comunidade científica pode ser perigosa. Ao exercer a

deferência epistêmica, o agente herda as próprias vulnerabilidades dos cientistas, os quais podem eventualmente falhar na produção de conhecimento. Afinal de contas, nenhuma comunidade de agentes epistêmicos é infalível, nem mesmo a comunidade científica.

A história nos mostra exemplos de recomendações científicas com consequências trágicas. Por exemplo, na década de 1990 o governo britânico criou um comitê científico (*The Southwood Working Party*) e declarou publicamente que era improvável que a doença da vaca louca pudesse ser transmitida para seres humanos, uma declaração que teria consequências catastróficas para a saúde pública no Reino Unido (The New Scientist 2020, The Guardian 2000).

Evidentemente, embora erros epistêmicos possam temporariamente erodir a fé pública quanto às recomendações de comitês científicos, é seguro afirmar que as pesquisas e recomendações científicas constituem o nosso melhor guia de como lidar com situações de emergência de saúde pública. Consensos científicos são plenamente confiáveis, embora, em última instância, falíveis.

Até aqui, tanto a autonomia epistêmica como a deferência epistêmica parecem perfeitamente necessárias e compatíveis. Entretanto, as coisas são mais complicadas. O que ocorre é que parece haver um *conflito* entre ambas as posturas epistêmicas (Fricker 2006; Perini-Santos 2022). A autonomia e a deferência epistêmica parecem ser *antagônicas*. Enquanto a autonomia epistêmica requer que o agente pense *por si próprio* e *exija razões* diretas e cogentes para formar e justificar as suas próprias crenças, a deferência epistêmica racional requer a *deferência* aos especialistas de sua comunidade epistêmica a fim de formar e justificar as suas crenças. Assim, é evidente que há situações nas quais estas posturas epistêmicas se chocam.

Diante deste cenário, há três saídas possíveis. A primeira seria abrir mão da autonomia a fim de salvar a deferência. A segunda seria o contrário, ou seja, abrir mão da deferência para salvar a autonomia. A terceira seria não abrir mão nem da autonomia, nem da deferência epistêmica e buscar compatibilizá-las. Neste artigo, seguiremos esta terceira saída, mostrando que é perfeitamente viável para o agente epistêmico exercer uma *autonomia deferente*. Mas antes vejamos o porquê das duas primeiras saídas serem, em última instância, inviáveis.

Abrir mão da autonomia epistêmica não é possível. Os agentes são responsabilizados por argumentos implausíveis, falácias, fontes inconfiáveis e outros vícios epistêmicos. Também são responsabilizados por argumentos rigorosos, ideias criativas e posturas epistêmicas virtuosas. Mas tudo isso só é possível se a condição cognitiva do agente estiver sob seu controle, ou seja, se o agente for epistemicamente autônomo.⁵

Já abrir mão da deferência epistêmica é inviável à luz da divisão do trabalho epistêmico e da limitação cognitiva do agente epistêmico. O conhecimento é cooperativa e socialmente construído, dividido em diferentes especialidades, de modo que abrir mão da divisão do trabalho epistêmico equivaleria a simplesmente abrir mão

do próprio conhecimento.

Por vezes, abrir mão da deferência científica pode levar apenas a uma espécie de ceticismo, com o cético suspendendo o juízo quanto ao consenso científico estabelecido. Mas outras vezes pode ter consequências catastróficas: *o negacionismo científico*.

3. O Negacionismo Científico e Suas Variantes

A recusa à deferência epistêmica é uma fonte do negacionismo científico (Perini-Santos 2022), mas não a única. O negacionismo científico consiste na *negação deliberada de juízos científicos consensuais*.⁶ Enquanto o cético apenas suspende o juízo quanto ao consenso científico, o negacionista deliberadamente o nega.⁷ Há duas formas distintas de negar tal consenso: *o negacionismo individual e o negacionismo deferente*.

O negacionista individual *rejeita qualquer deferência epistêmica*, tipicamente em nome de sua autonomia, o que o leva a uma *investigação individual* cujo resultado é a negação do consenso científico. Já o negacionista deferente *defer* a um falso especialista que contraria o consenso científico, o que leva o negacionista deferente a também negar tal consenso.⁸ A diferença fundamental entre ambos os negacionistas é que enquanto este último é *viciosamente deferente*, na medida em que defer ao falso especialista, o primeiro *rejeita qualquer deferência*, mas também acaba por negar o consenso científico ao desenvolver a sua própria investigação individual. Em suma, o negacionismo individual e o negacionismo deferente são dois caminhos distintos que levam ao mesmo destino: o negacionismo científico.

Note que a deferência epistêmica pode ser *virtuosamente* ou *viciosamente* exercida, constituindo no primeiro caso uma *deferência racional*. No que concerne ao consenso científico, a deferência é virtuosamente exercida quando o agente epistêmico defer a tal consenso, constituindo então uma *deferência científica*, ao passo que é *viciosamente exercida* quando o agente defer ao falso especialista que contraria tal consenso.

Há diversos exemplos de negacionistas individuais e deferentes. Um exemplo típico de negacionista individual é o terraplanista que rejeita qualquer deferência epistêmica quanto ao formato da Terra, empreende a sua própria investigação individual e conclui que a Terra é plana (McIntyre 2021, pp.1–32). Já exemplos típicos de negacionista deferente são o agente epistêmico que sustenta que o uso de hidroxicloroquina constitui um tratamento eficaz contra a COVID-19 como consequência da deferência viciosa a falsos especialistas (BBC News Brasil 2021), bem como o negacionista climático que recorre a falsos especialistas a fim de negar o consenso científico quanto à mudança climática (Diethelm & McKee 2009; McIntyre 2021, pp.82–102).⁹

Negacionistas tipicamente alegam que o consenso não se apoia em resultados robustos, não sendo o produto da prática de uma ciência confiável, de modo que o negacionista rejeita o *caráter científico* deste consenso. Já no caso específico do negacionista deferente, a alegação de que não há consenso científico se dá por uma das seguintes razões: (a) há autoridades científicas com uma posição contrária, de modo que não há consenso; ou (b) as *verdadeiras autoridades* científicas, mesmo estando em posição minoritária, rejeitam a posição majoritária, de modo que não há consenso.¹⁰

Os negacionistas científicos costumam fabricar incertezas e dúvidas sobre as evidências e os resultados bem estabelecidos na comunidade científica. Como já indicamos, uma das suas principais estratégias consiste em lançar dúvidas sobre consensos científicos. Por exemplo, os negacionistas alegam que as vacinas contra a COVID-19 não são seguras e eficientes, que fumar cigarro não aumenta as chances de câncer, que o HIV não causa AIDS, que a Terra é plana, etc. Além de não deferirem aos especialistas, os negacionistas deferentes costumam contratar os seus próprios investigadores particulares, como nos casos da indústria do tabaco e do comitê da chuva ácida no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos (Oreskes & Conway 2010).

O negacionista é motivado por interesses práticos, seja de ordem ideológica, política ou econômica, e passa a forjar desacordos científicos. Por exemplo, a campanha de desinformação em torno dos malefícios do cigarro nos anos cinquenta e sessenta nos Estados Unidos foi motivada, principalmente, pelo potencial prejuízo econômico que poderia afetar a indústria do tabaco, caso a opinião pública tomasse conhecimento da existência de fortes evidências relacionando o tabagismo à alta probabilidade de câncer.¹¹

Pascal Diethelm e Martin McKee (2009), seguindo Mark Hoofnagle e Chris Hoofnagle (2007), oferecem uma caracterização bastante informativa quanto às estratégias praticadas pelos negacionistas científicos.¹² Segundo esta caracterização, os negacionistas empregam as seguintes práticas: (1) a identificação de conspirações; (2) o uso de falsos especialistas; (3) a seletividade de estudos; (4) a imposição de expectativas impossíveis e (5) a deturpação e o emprego de raciocínios falaciosos. Note que o negacionista individual não pode subscrever às práticas (2) e (3), apenas o negacionista viciosamente deferente o faz.¹³ Vejamos cada uma destas práticas em detalhe.

- (1) *Identificação de conspirações.* Os negacionistas alegam que a opinião da comunidade científica não é baseada em evidências, mas fruto de alguma conspiração complexa secreta, de modo que os cientistas não estariam interessados em chegar a conclusões de forma independente, fundamentando os seus resultados em evidências sólidas. Para o negacionista, a atividade científica envolveria algum tipo de conspiração motivada por interesses políticos, sociais

ou econômicos. Evidentemente, o problema aqui é que teorias conspiratórias são via de regra infundadas, sendo de fato muito improvável que conspirações possam abranger comunidades científicas por inteiro.

- (2) *Uso de falsos especialistas.* Em sua versão viciosamente deferente, os negacionistas fazem uso de falsos especialistas para conferir credibilidade à sua agenda ou opinião. Tipicamente, estes falsos especialistas adotam posições completamente incompatíveis com a visão dominante em uma determinada área científica. O apelo a falsos especialistas é muitas vezes acompanhado por um ataque difamatório aos verdadeiros especialistas do campo científico em questão. O objetivo último aqui é criar a impressão de que há um desacordo científico genuíno.
- (3) *Seletividade de estudos.* Consiste na prática de selecionar artigos, estudos e dados isolados com o intuito de pôr em xeque a posição científica dominante. A seletividade inclui a estratégia de suprimir parte considerável de toda evidência relevante para o tópico em questão. Em sua versão viciosamente deferente, os negacionistas deliberadamente omitem artigos e estudos que revelam que a sua visão é falsa. A evidência aceita pelo negacionista é, no melhor dos casos, incompleta.
- (4) *Imposição de expectativas impossíveis.* Trata-se da imposição de uma expectativa insatisfatória quanto ao resultado de uma dada pesquisa científica. Os negacionistas costumam rejeitar um estudo científico alegando que este não *prova* ou não mostra com garantia absoluta que a sua conclusão é verdadeira.
- (5) *Distorções e emprego de raciocínios falaciosos.* Consiste no uso de distorções deliberadas do consenso científico ou de raciocínios falaciosos a fim de atacar este último. Isso inclui desde o uso de argumentos *ad hominem* até o emprego deliberado de falsas analogias e instâncias da falácia do espantalho.

Por trás destas cinco estratégias está, evidentemente, a recusa à deferência científica e a negação do próprio consenso científico. O *problema epistêmico* que se coloca, então, é justamente o de como mostrar que o negacionista deve racionalmente deferir a este consenso. Para tanto, contra o negacionista individual, é preciso compatibilizar a deferência e a autonomia epistêmica; contra o negacionista deferente, é preciso demonstrar que sua deferência é *viciosa*. Seja num caso ou no outro, é preciso demonstrar a *irracionalidade* da recusa à deferência científica. O objetivo das próximas seções é justamente este. Dissolveremos o aparente conflito entre a *autonomia* e a *deferência epistêmica*, argumentando que a adoção de uma postura de *autonomia deferente*, por parte do agente epistêmico, é plenamente viável e coerente. Também mostraremos que a *evidência* disponível ao agente *racionalmente justifica* a deferência ao juízo científico consensual, não a qualquer outro juízo que contrarie tal consenso.

4. A Proposta da Autonomia Deferente

A princípio, poderia se propor que a autonomia e a deferência epistêmica são plenamente compatíveis desde que restrinjamos a autonomia epistêmica à *esfera teórica* e a deferência epistêmica à *esfera prática*. Ou seja, o agente epistêmico deve ser deferente no âmbito dos seus *interesses práticos* e epistemicamente autônomo no âmbito dos seus *interesses teóricos*. Por exemplo, o agente deve deferir ao consenso científico quanto ao uso de vacinas no combate à pandemia de COVID-19, posto que este é um interesse prático, mas deve ser autônomo no que diz respeito à questão da estrutura viral do Sars-CoV-2, posto que isto compete ao seu interesse teórico.

O problema com esta proposta é que, como muitos apontam, a fronteira entre os interesses práticos e teóricos é *muito vaga*: diversos interesses teóricos podem se tornar interesses práticos e vice-versa. Por um lado, suponha que um médico tenha receitado hidroxicloroquina para tratar diversos pacientes com COVID-19 e que ao término deste tratamento todos tenham tido plena recuperação. Este médico passa, então, a coletar evidências a fim de desenvolver um estudo para demonstrar que o tratamento com hidroxicloroquina é eficaz no combate à COVID-19. O que era um interesse *prático* torna-se um interesse *teórico*. Por outro lado, considere o caso do famoso médico e microbiólogo Alexander Fleming (1881-1955), que inicialmente tinha o *interesse teórico* de estudar a bactéria *Staphylococcus aureus*, considerada a principal causa de infecções e abscessos em ferimentos. Ao descobrir acidentalmente que o fungo do gênero *Penicillium* era capaz de impedir o desenvolvimento desse tipo de bactéria, o interesse de Fleming passou a ser *prático*: o uso da penicilina como um potente antibiótico para o tratamento de infecções bacterianas (JBPMML 2009). Em suma, enquanto no primeiro caso o que era um interesse prático tornou-se um interesse teórico, no segundo caso ocorreu o oposto — o que era um interesse teórico tornou-se um interesse prático.

Aqui seguiremos outro caminho. Nossa proposta, inspirada no trabalho de Elizabeth Fricker (2022), é que a *autonomia epistêmica* plena do agente racional o levará a ter uma postura de *deferência científica* naquelas situações nas quais o agente é destituído da capacidade de *avaliar diretamente* as evidências disponíveis quanto ao tópico científico em questão. O que ocorre é que se trata de uma exigência da *racionalidade* que, nestas situações, o agente epistêmico defira aos especialistas por ser incapaz de avaliar tal tópico científico. Isto não significa que em outras situações, nas quais o agente tenha capacidade de avaliar diretamente a evidência disponível, ele deva deferir aos especialistas. A diferença fundamental entre esses dois casos é que no primeiro o agente epistêmico é incapaz de avaliar diretamente a evidência disponível, o que justifica a terceirização da avaliação para os especialistas em questão.

Autonomia e deferência epistêmica são plenamente compatíveis quando o agente epistêmico discrimina deliberada e racionalmente a quais agentes deve deferir (Fric-

ker 2022). É justamente isto o que ocorre quando racionalmente decidimos deferir ao consenso científico. É irracional descartar o juízo do especialista quando o agente epistêmico sabe, ou tem boas razões para acreditar, que o especialista está em uma posição *epistemicamente superior* para determinar a verdade de um juízo científico.

A deferência do agente epistêmico deve estar baseada na *evidência de credibilidade* (*trustworthiness*), isto é, a evidência de que o juízo proveniente de um agente epistemicamente superior é *confiável*, ainda que *falível*. Quando o agente epistêmico passa a ter um juízo derivado do juízo do especialista, trata-se de um caso no qual se acredita em um juízo baseando-se na própria evidência disponível para o agente, a saber, a evidência de credibilidade do especialista. Em outras palavras, agentes autônomos podem confiar no testemunho do especialista quando têm evidência de sua credibilidade. O agente não deixa de ser epistemicamente autônomo se for capaz de julgar e discernir a quem deve deferir. Há muitos tópicos científicos dos quais não temos evidência de primeira mão para formar uma crença justificada a seu respeito. Assim, é racional deferir ao especialista porque este se encontra em uma posição epistêmica *superior* à nossa em relação a uma determinada questão científica.¹⁴

Note que a evidência de credibilidade consiste em *evidência de evidência*. Trata-se da evidência quanto à existência de evidência: a evidência disponível para o agente segundo a qual o especialista possui a melhor evidência para determinar a verdade de um juízo científico. É precisamente este tipo de evidência que fundamenta o juízo do agente. Mais especificamente, a evidência de credibilidade é o que *racionaliza* a crença do agente no testemunho do especialista. Aqui podemos entender evidência de evidência como o que é comumente denominado *evidência de ordem superior* (Fricker 2022).¹⁵ Neste caso, mais especificamente evidência de segunda ordem.

Ser sensível à evidência de que o especialista possui evidência direta para emitir uma opinião qualificada acerca de uma dada questão científica, bem como os melhores recursos, é ser sensível à *evidência de ordem superior* quanto à credibilidade do especialista. Diante disto, o *erro fundamental* do negacionista científico é não reconhecer a *evidência de credibilidade* em virtude da qual se deve deferir ao consenso científico. Devido a um erro de avaliação epistêmica, tanto o negacionista individual como o negacionista deferente não reconhecem a credibilidade do consenso científico. Deste modo, o negacionista científico falha em reconhecer a evidência de credibilidade do juízo do especialista quanto à eficácia das vacinas no combate à pandemia de COVID-19, quanto ao formato geoide da Terra, etc.

Para desenvolvermos plenamente este argumento, é preciso caracterizar o que são evidências de ordem superior e como elas se distinguem de evidências de primeira ordem. Contudo, dificilmente encontraremos na literatura uma definição incontroversa de evidência de ordem superior (Horowitz 2022), na medida em que os epistemólogos oferecem definições distintas. Aqui simplesmente assumimos a seguinte caracterização (Whiting 2020):

(Evidência de primeira ordem) Evidência contra ou a favor da verdade de uma proposição.

(Evidência de ordem superior) Evidência contra ou a favor da verdade de uma proposição sobre a evidência de primeira ordem.

Por exemplo, suponha que um detetive esteja investigando um assassinato e encontre pegadas que constituam evidência a favor da hipótese de que o assassino é o patrão da vítima. Esta é uma evidência de primeira ordem, por ser uma evidência a favor da verdade da proposição que o assassino é o patrão. Mas agora suponha que o detetive tenha consumido uma droga alucinógena, o que constitui evidência que o seu aparato cognitivo está seriamente comprometido. Esta é uma evidência de ordem superior, posto que é uma evidência a favor da verdade da proposição segundo a qual as pegadas não constituem evidência que o patrão é o assassino.

Vejamos, então, como isso se aplica ao caso da deferência científica. A *diferença do comprimento da sombra* de um mesmo objeto em diferentes localizações da Terra é uma evidência a favor da verdade da proposição de que a Terra não é plana, mas um geoide. Esta é claramente uma *evidência de primeira ordem*. Mas o que seria uma *evidência de ordem superior* para a verdade desta proposição, isto é, uma evidência para a verdade da proposição que a diferença do comprimento da sombra constitui evidência de que a Terra é um geoide? Ora, o *consenso científico*. A existência de um consenso científico que isto consiste em uma evidência para o formato geoide da Terra é uma evidência de ordem superior. Ou seja, consiste em uma evidência a favor da verdade da proposição segundo a qual *a diferença do comprimento da sombra* é uma evidência a favor da verdade da proposição de que a Terra é um geoide.

Como vimos, evidências de ordem superior podem ser sobre o que a evidência de primeira ordem justifica, podem ser relativas às capacidades cognitivas do agente, à sua situação epistêmica, ou, ainda, à sua capacidade de interpretar e responder à evidência de primeira ordem. Note que os casos que envolvem o negacionismo científico dizem respeito à evidência de ordem superior *interpessoal*, distinta da evidência de ordem superior *intrapessoal*. Enquanto a evidência de ordem superior intrapessoal é uma evidência que se ocupa da situação ou estado epistêmico do próprio agente, a evidência de ordem superior interpessoal é uma evidência que descreve e avalia a situação ou estado epistêmico de outros agentes (Eder & Brössel 2019).

Considere novamente o caso do detetive. Imagine que, antes ou durante a condução da sua investigação, o detetive tenha consumido uma droga alucinógena ou tenha tomado algum medicamento que comprometa seriamente o seu raciocínio. Mesmo que a sua evidência de primeira ordem aponte que o patrão da vítima seja o assassino, o detetive tem evidência de ordem superior que solapa o apoio evidencial no primeiro nível. Afinal, esta evidência de ordem superior o levaria a pensar que a sua capacidade de raciocínio está seriamente prejudicada. O detetive possui evidência de

ordem superior *intrapessoal* porque esta é relativa ao seu próprio estado epistêmico.

Em contraposição, a evidência de credibilidade do especialista consiste em um caso de evidência de ordem superior *interpessoal*. Ela descreve, por exemplo, que o especialista está em uma situação evidencial privilegiada, possuindo treinamento adequado e os melhores meios para ter uma posição bem informada acerca de uma questão científica. Assim, o que é característico da evidência de credibilidade é, em primeiro lugar, o estado epistêmico do especialista, não do negacionista. Portanto, ao rejeitar a deferência ao consenso científico, o negacionista ignora ou não reconhece a existência de evidência de ordem superior *interpessoal*.

Nesta seção, desenvolvemos a proposta da *autonomia deferente*: autonomia epistêmica e deferência científica são posturas epistêmicas mutuamente exercíveis, dado que há evidência de ordem superior quanto à credibilidade do consenso científico, o que por sua vez justifica racionalmente a deferência científica. Disto se segue a irracionalidade da postura negacionista, seja em sua variante individual ou deferente. Contra o negacionismo individual, não há qualquer incompatibilidade entre autonomia e deferência epistêmica, devendo o agente deferir ao consenso científico quando for incapaz de avaliar diretamente as evidências disponíveis quanto ao tópico científico relevante. Contra o negacionismo deferente, a evidência de credibilidade do consenso científico justifica racionalmente a deferência a tal consenso, não ao falso especialista que o contraria. Mas seria a proposta da autonomia deferente viável em última instância? Na próxima seção, responderemos a alguns problemas que parecem ameaçar a sua viabilidade.

5. Três Problemas Para a Proposta da Autonomia Deferente

O objetivo desta seção é responder a três problemas que, à primeira vista, parecem comprometer a viabilidade da proposta da autonomia deferente. O primeiro diz respeito à justificação da evidência de ordem superior quanto ao consenso científico. Qual é o critério que torna a evidência de ordem superior científica epistemicamente mais justificada do que, por exemplo, a evidência de ordem superior *a favor de uma posição negacionista*, à qual o negacionista deferente pode vir a deferir? O segundo diz respeito à redução da autonomia frente à deferência. Talvez a autonomia e a deferência epistêmica sejam mutuamente exercíveis apenas quando o agente deliberadamente *reduz a sua autonomia*, ou seja, quando abre mão de sua autonomia em algum grau. Por fim, o terceiro problema questiona o *status de irracionalidade* que a proposta da autonomia deferente atribui a ambos os tipos de negacionista, o individual e o deferente. O negacionista não seria um agente epistêmico irracional, mas estaria em um ambiente *epistemicamente poluído*, ou seja, marcado pela desinformação. No que se segue, argumentamos que estes três problemas não afetam em

absoluto a viabilidade da nossa proposta.

5.1. Evidência de Ordem Superior e *Expertise*

Por que a evidência de ordem superior quanto à credibilidade do especialista deve ser considerada *epistemicamente mais forte* do que a evidência de ordem superior que favorece uma posição negacionista? Há algum critério que torne a primeira *epistemicamente mais justificada* do que a última? Afinal, o negacionista deferente poderia estar em posse de uma evidência de ordem superior que apoie uma crença oposta à posição do consenso científico. Por exemplo, um terraplanista não poderia estar justificado em acreditar que a Terra é plana porque, para ele, há um consenso quanto à existência de evidências de que a Terra tem um formato plano, não um formato geóide?

A objeção acima *equipara* a evidência de ordem superior em defesa da deferência científica e a suposta evidência de ordem superior em defesa do negacionismo. Mas tal equiparação, como argumentaremos, é insustentável.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os negacionistas são, *via de regra*, incapazes de avaliar a evidência de primeira ordem que fundamenta o consenso científico. Eles costumam ser cientificamente leigos. Isto significa que os negacionistas não possuem o treinamento e o conhecimento adequados acerca do assunto científico em questão. Além disso, o que eles aduzem como razões e evidências de primeira ordem é consideravelmente mais fraco do que as razões e evidências apresentadas pela comunidade científica. Como apontamos na terceira seção, uma das características distintivas do negacionismo deferente consiste na seletividade de estudos. Ou seja, os negacionistas deferentes não levam em consideração toda evidência cientificamente relevante disponível acerca da verdade de uma proposição. Antes, recusam a maior parte da evidência porque isto infirma a sua posição. Portanto, as razões alegadas pelo negacionista não justificam epistemicamente a sua crença. Tais razões, quando comparadas à toda evidência científica relevante, não tornam a crença negacionista provavelmente verdadeira.

O problema, entretanto, não se restringe à evidência de primeira ordem. Assuma mais uma vez que, para o negacionista deferente, existe um consenso a favor da concepção de que o formato da Terra é plano. Além das diversas razões infundadas dadas em defesa do terraplanismo, o negacionista deferente argumentaria que o verdadeiro consenso não pertence à posição científica dominante, mas a um grupo alternativo que defende uma posição antagônica. Aqui, o que se pode alegar como *evidência de ordem superior negacionista* não se encontra no mesmo patamar epistêmico da *evidência de ordem superior científica*. A diferença crucial é que, enquanto a segunda está baseada em uma autêntica *expertise*, a primeira não. Ou seja, o consenso ao qual o negacionista deferente recorre não é um consenso de especialistas.

Seguindo Alvin Goldman (2001, pp. 91-92), especialistas são agentes que de-
têm (i) bastante conhecimento em uma determinada área ou domínio científico (i.e.
possuem muito conhecimento proposicional: *know-that*) e (ii) possuem os meios e
as habilidades cognitivas necessárias para produzir mais conhecimento na sua área
(i.e. conhecimento competencial: *know-how*). Note que se trata de uma noção ob-
jetiva (*veritística*) de especialista (*expertise*), ou seja, não é suficiente que alguém
simplesmente tenha a reputação de um especialista.¹⁶ Além de tudo, como dissemos
na terceira seção, negacionistas deferentes usam falsos especialistas para embasar
a sua visão — além de atacar e difamar os cientistas. Por essas razões, a suposta
evidência de ordem superior negacionista não desempenha um papel justificatório
epistemicamente relevante em relação à sua crença ou posição.

É claro que as razões que levam um negacionista deferente a pensar que existe
um consenso de que a Terra é plana podem desempenhar um papel causal em relação
à sua crença. Isso explicaria o porquê de ele crer que a Terra tem um formato plano.
Embora constitua uma tarefa importante, não nos ocupamos em avaliar os aspectos
psicológicos e *etiológicos* das crenças negacionistas. Antes, a avaliação que realizamos
neste artigo é *estritamente epistêmica*. Mais precisamente, procuramos identificar o
que há de errado, sob a perspectiva da normatividade da racionalidade, com o nega-
cionismo científico.

5.2. Autonomia Plena

Seriam a autonomia epistêmica e a deferência científica mutuamente exercíveis ape-
nas se o agente abrir mão *em algum grau* de sua autonomia? Assim o sendo, o preço
a ser pago pela deferência científica seria o agente abrir mão em algum grau de sua
autonomia epistêmica. O negacionista individual poderia então atacar a deferência
científica, alegando ser inadmissível abrir mão *em qualquer grau* de sua autonomia
epistêmica. Contudo, esta objeção é infundada. Vejamos em que consiste o seu erro
fundamental.¹⁷

Até aqui argumentamos que a deferência científica é racionalmente justificada
para o agente devido à existência de *evidência de ordem superior* quanto à credibili-
dade do consenso científico. O erro por trás da objeção acima é ignorar que a autono-
mia epistêmica é a postura epistêmica *fundamental*, enquanto a deferência científica
é a postura *racionalmente derivada* da autonomia. Mas se a deferência é racional-
mente derivada da autonomia, segue-se que não é preciso abrir mão *em qualquer*
grau da autonomia para deferir cientificamente. Vejamos o porquê.

A postura epistêmica inicial do agente diante de um tópico científico deve ser a
de *autonomia*. Mas uma vez racionalmente constatadas a sua limitação epistêmica e
a posição epistemicamente superior da comunidade científica, o agente deve adotar
a *deferência científica*. Tal deferência é uma *implicação racional* da autonomia epistê-

mica, não uma postura epistêmica oposta ou que requeira uma redução da autonomia. Na medida em que é o exercício pleno da própria autonomia que racionalmente implica a deferência, segue-se que o exercício da deferência não requer abrir mão em qualquer grau da autonomia.

A autonomia epistêmica do agente *implica racionalmente* a deferência à luz da evidência de credibilidade do especialista e da limitação epistêmica do agente. Mas sendo *racional* a postura do agente e dado que a racionalidade exige que a autonomia seja a postura epistêmica fundamental, então tal racionalidade *não pode exigir* a redução desta própria autonomia. Disto se segue que não há qualquer redução de autonomia em casos de deferência *racional*.¹⁸

Mas quando a autonomia não implica racionalmente a deferência científica? Ora, quando o próprio agente é um *especialista* no tópico científico em questão. Neste caso, o agente estaria em posição epistêmica de avaliar a evidência direta quanto a este tópico. O problema, claro, é que isto só seria possível para uma pequena parcela dos agentes epistêmicos da sociedade, de modo que a deferência científica é a regra para a maioria dos agentes. Em suma, a deferência científica é uma implicação racional da autonomia quando a posição da comunidade científica é epistemicamente superior à posição do agente, sem que tal deferência requeira qualquer redução desta autonomia.

5.3. Irracionalidade Negacionista

Neste ponto, poderia se alegar que não há nada de errado quanto à racionalidade da crença do negacionista científico. Afinal, o negacionista ainda poderia formar a sua crença com base nas razões e informações que ele dispõe. O negacionista poderia, inclusive, argumentar que tais razões oferecem apoio evidencial para a sua posição. Ainda que o negacionista esteja em um ambiente marcado pela desinformação e a sua crença seja contrária ao consenso científico, poderia se argumentar que o negacionista está fazendo o melhor que pode à luz das informações disponíveis. Se a crença negacionista puder ser considerada plenamente racional, a nossa proposta da autonomia deferente desmorona, uma vez que sustentamos que a atitude negacionista é racionalmente injustificada.

Primeiramente, é preciso lembrar que aqui assumimos o *evidencialismo* quanto à justificação epistêmica. A evidência é aquilo que *justifica* ou *racionaliza* as crenças do agente. A evidência não precisa ser conclusiva (é suficiente que ela torne *provável* a crença de que P, ou seja, a evidência deve ser uma boa indicação da verdade) e pode ser *derrotável* por razões adicionais (isto é, pode haver contraevidência que *anule* a justificação para a crença de que P). Em suma, dado que assumimos o evidencialismo, afirmar que a crença do agente é epistemicamente racional é *o mesmo* que afirmar que essa crença é justificada. Mais especificamente, a crença é justificada quando

apoiada por evidência.

É claro que o ambiente no qual o negacionista se encontra pode ser um *ambiente epistemicamente poluído*. Ou seja, um ambiente no qual não é claro para o negacionista, e para o leigo em geral, o que é *evidência genuína* e o que é *evidência enganadora*. Em tais ambientes, podemos ser enganados por indivíduos que emulam o discurso e o comportamento de especialistas, passando-se por autoridades epistêmicas ou fontes confiáveis sobre determinadas questões científicas. Tudo isso pode fazer com que o agente não tenha clareza a quem deva deferir.¹⁹ Embora isso seja particularmente problemático para o negacionista deferente, que apela ao testemunho de falsos especialistas, o negacionista individual não está imune a ambientes epistemicamente poluídos, ainda que este escolha realizar uma investigação por seus próprios meios.

Quando em ambiente epistemicamente poluído, há dois cenários possíveis para o negacionista científico: (1) o negacionista sabe da existência do consenso científico e tem acesso à *evidência* quanto à credibilidade de tal consenso; (2) o negacionista sequer sabe da existência do consenso científico e *tampouco reconhece* a evidência de sua credibilidade. No que se segue, argumentamos que em ambos os cenários a postura do negacionista científico é racionalmente injustificada. Começemos pelo primeiro.

Por vezes o negacionista tem acesso à evidência de ordem superior quanto à credibilidade do consenso científico. Por exemplo, quando participa do debate público em torno de questões científicas do seu interesse e reconhece a existência do consenso científico. Considere os terraplanistas, bem como os representantes da indústria do tabaco em meados do século passado. Os seus seguidores costumam igualmente ter conhecimento do debate público acerca do assunto que lhes interessa, mesmo que sejam influenciados por campanhas de desinformação. Portanto, neste primeiro cenário a *evidência total* inclui a evidência de ordem superior quanto à credibilidade do especialista.

Embora o negacionista possa alegar razões em defesa da sua posição, tais razões não são capazes de fornecer apoio evidencial para as suas crenças. Em outras palavras, as razões tipicamente alegadas por negacionistas não constituem o tipo de justificação que exigimos: uma base justificatória que seja *conducente à verdade*. A *probabilidade* de que o consenso científico seja verdadeiro, dada a *evidência total*, é presumivelmente *alta*. Comparativamente falando, muito mais alta que a probabilidade de que a crença negacionista seja verdadeira. As razões dadas pelo negacionista podem até incrementar a probabilidade de que a sua crença seja verdadeira. Entretanto, como indicamos, isso não permite que tais razões ofereçam apoio evidencial forte o suficiente a favor da sua posição quando consideramos a *evidência total*.

Passemos agora ao segundo cenário, no qual o negacionista ignora a existência do consenso científico e não tem acesso à evidência de sua credibilidade.²⁰ O que ocorre

neste cenário é que há fatores do ambiente epistêmico imediato do negacionista que dificultam que ele reconheça a existência do consenso científico. No entanto, mesmo quando o negacionista (individual ou deferente) não tem acesso ou ignora a evidência de ordem superior quanto à credibilidade do especialista, as suas razões dariam, na melhor das hipóteses, justificação *prima facie* para a sua crença.

Diferente de uma crença *ultima facie* justificada, uma crença *prima facie* justificada pode perder o seu *status* epistêmico positivo devido à existência de *anuladores* que derrotam ou cancelam a sua justificação.²¹ Se a crença é *prima facie* justificada, tal justificação é derrotável quando toda evidência é levada em consideração. Em outros termos, a existência de anuladores para uma crença *prima facie* justificada impede que ela tenha justificação *ultima facie*. Em contrapartida, uma crença *ultima facie* justificada possui uma base justificatória forte o suficiente que resiste à presença de *anuladores* (*defeaters*).²²

O que ocorre é que no caso do negacionista há anuladores que cancelam a suposta justificação *prima facie* para a sua crença: tanto anuladores que abalam a conexão evidencial entre as suas razões e a sua crença (anuladores solapadores), quanto anuladores que dão apoio evidencial para a negação da crença negacionista (anuladores refutadores). Considere, por exemplo, os anuladores para a crença de que a Terra é plana: o fato de que podemos observar a diferença do ângulo do Sol em diferentes pontos e lugares da Terra, o efeito Coriolis, que descreve a deflexão de objetos em virtude do movimento de rotação da Terra e é inconsistente com o modelo terraplanista, entre outros anuladores. Isto mostra que a crença negacionista carece de uma base *justificatória forte*: a presença de anuladores não permite que a crença negacionista tenha justificação *ultima facie* — o tipo de justificação relevante para que uma crença seja um caso de conhecimento. Ainda que o negacionista não tenha acesso à evidência de ordem superior quanto à credibilidade do consenso científico, a sua justificação é meramente *prima facie*. Por estas razões, a crença negacionista não tem *status* epistêmico equivalente à crença no consenso científico. O que o negacionista tipicamente alega pode até fornecer alguma razão para a sua posição, mas não uma *razão apropriada* que torne a sua crença justificada em um sentido epistemicamente forte. Em suma, em ambos os cenários analisados a crença do negacionista carece de uma base justificatória forte.

Por fim, cabe considerar um ponto comum entre a questão da irracionalidade do negacionista deferente e a *expertise*. Como vimos, a deferência é um método de formação de crenças utilizado pelos negacionistas deferentes. A diferença é que estes apelam ao testemunho de *falsos especialistas*, ou outros grupos de negacionistas que pertencem ao seu ambiente epistêmico imediato. É claro que todos nós dependemos em alguma medida do testemunho de outras pessoas. Contudo, é preciso ter cuidado para não trivializar o tipo correto de deferência, a saber, a deferência a uma *autoridade epistêmica ou científica*. Há uma diferença fundamental entre deferir a uma

autoridade epistêmica e deferir a um falso especialista; entre deferir ao consenso científico e deferir à negação de tal consenso. Se não houvesse nenhuma diferença *epistemicamente relevante* entre estes dois casos, acreditar com base no testemunho de falsos especialistas seria *tão racional quanto* acreditar com base no testemunho de uma autoridade científica. O fato de a deferência ser uma postura disseminada entre os agentes não significa que *qualquer deferência seja epistemicamente apropriada*.²³ Como argumentamos acima, a crença do negacionista, incluindo a sua versão deferente, não possui uma base justificatória equivalente à crença no consenso científico. Negacionistas simplesmente falham em reconhecer a evidência de ordem superior quanto à credibilidade do consenso científico.

6. Conclusão

Como convencer o negacionista a reconhecer a *evidência de credibilidade* do consenso científico? Como corrigir o seu erro de avaliação epistêmica ao ignorar esta evidência? Este é um problema urgente, mas sua avaliação está para além do objetivo deste artigo. O que procuramos mostrar é que é *racional* para o agente epistêmico *deferir* ao consenso científico e que a autonomia e a deferência epistêmica são plenamente compatíveis e mutuamente exercíveis. Deste modo, é *irracional* para o agente epistemicamente autônomo não deferir ao consenso científico.

A questão sobre como convencer o negacionista a reconhecer a evidência de credibilidade está para além do debate quanto à *justificação racional* da deferência científica por parte do agente epistemicamente autônomo. Ora, sendo a epistemologia a área da filosofia que investiga a natureza e o escopo do *conhecimento*, e que avalia a *racionalidade* da formação e manutenção de nossas crenças, segue-se que como combater na prática o negacionismo científico é algo que está para além do alcance da epistemologia. Antes, trata-se de uma questão eminentemente *política, pedagógica e social*. Cabe às ciências sociais e aos agentes estatais formular políticas públicas eficientes no combate ao negacionismo científico, ao estado executá-las, à sociedade civil organizada defendê-las e aos profissionais de educação formar cidadãos deferentes ao consenso científico.

Referências

- Anderson, E. 2011. Democracy, Public Policy, and Lay Assessments of Scientific Testimony. *Episteme* 8(2): 144–164.
- Antilla, L. 2005. Climate of Scepticism: US Newspaper Coverage of the Science of Climate Change. *Global Environmental Change Part A* 15(4): 338–352.
- BBC News Brasil. 2021. Adotar ‘tratamento precoce’ foi um erro e ele se arrependeu: o relato

- de secretário paranaense após morte do pai. *BBC News Brasil*. 9 de abril, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56809056>. Acesso: 02 de agosto, 2024.
- Carnap, R. 1947. On the Application of Inductive Logic. *Philosophy and Phenomenological Research* **8**(1): 133–148.
- Chisholm, R. 1964. The Ethics of Requirement. *American Philosophical Quarterly* **1**(2): 147–153.
- Clifford, W. K. 2003 [1877]. The Ethics of Belief. In: L. P. Pojman (ed.), *The Theory of Knowledge*, pp.515–518. 3rd Edition. Belmont, CA: Wadsworth.
- Coady, C. A. J., 1992. *Testimony: A Philosophical Study*. Oxford: Clarendon Press.
- Conee, C.; Feldman, R. 2004. *Evidentialism: Essays in Epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- Cormick, C.; Edelsztein, V. Scratching where it doesn't itch: science denialism, expertise, and the probative value of scientific consensus. *Daimon*. Disponível em: <https://revistas.um.es/daimon/libraryFiles/downloadPublic/13391>. No prelo.
- Descartes, R. 2017 [1701]. *Regras Para a Direção do Espírito*. Lisboa: Edições 70.
- Diethelm, P; McKee, M. 2009. Denialism: what is it and how should scientists respond?. *The European Journal of Public Health* **19**(1): 2–4.
- Eder, A. A.; Brössel, P. 2019. Evidence of Evidence as Higher-Order Evidence. In: M. Skipper; A. Steglich-Petersen (ed.), *Higher-Order Evidence: New Essays*, pp.62–83. Oxford: Oxford University Press.
- Fett, J. R. 2019. *O que é o Conhecimento? Uma Introdução à Epistemologia Contemporânea*. Porto Alegre: ediPUCRS.
- Fricker, E. 2006. Testimony and Epistemic Autonomy. In: J. Lackey; E. Sosa (ed.), *The Epistemology of Testimony*, pp.225–250. Oxford: Oxford University Press.
- Fricker, E. 2022. Epistemic Self-Governance and Trusting the Word of Others: Is there a Conflict? In: J. Matheson; K. Loughheed (ed.), *Epistemic Autonomy*, pp.323–345. London: Routledge.
- Goldberg, S. 2011. The Division of Epistemic Labor. *Episteme* **8**(1): 112–125.
- Goldberg, S. 2013. Epistemic Dependence in Testimonial Belief, in the Classroom and Beyond. *Journal of Philosophy of Education* **47**(2): 168–186.
- Goldman, A. 1999. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Oxford University Press.
- Goldman, A. 2001. Experts: Which Ones Should You Trust?. *Philosophy and Phenomenological Research* **63**(1): 85–110.
- Goldman, A. 2018. Expertise. *Topoi* **37**: 3–10.
- Hoofnagle, M.; Hoofnagle, C. J. 2007 What is Denialism? In: SSRN. April 30, 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4002823>. Acesso: 08.12.2023.
- Horowitz, S. 2022. Higher-Order Evidence. In: E. N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2022 Edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/higher-order-evidence/>.
- Hume, D. 1999 [1748]. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Ed. Tom L. Beauchamp. Oxford: Oxford University Press.
- JBPML. 2009. Nossa capa: Alexander Fleming e a Descoberta da Penicilina. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial* **45**(5): I–I.
- Joyce, J. 2005. How Probabilities Reflect Evidence. *Philosophical Perspectives* **19**(1): 153–178.

- Lins Lemos, I.; Cani, R. C. 2023. O Negacionismo Não é Uma Forma de Ceticismo. *Araripe* 4(1): 42–60.
- Levy, N. 2022. *Bad Beliefs: Why They Happen to Good People*. Oxford: Oxford University Press.
- Matheson, J.; Loughheed, K. 2022. *Epistemic Autonomy*. London: Routledge.
- McIntyre, L. 2019. *The Scientific Attitude: Defending Science from Denial, Fraud, and Pseudoscience*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McIntyre, L. 2021. *How to Talk to a Science Denier: Conversations with Flat Earthers, Climate Deniers, and Others Who Defy Reason*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Oreskes, N.; Conway, E. M. 2010. *Merchants of Doubt*. New York: Bloomsbury.
- Perini-Santos, E. 2022. Desinformação, Negacionismo e a Pandemia. *Filosofia Unisinos* 23(1): 1–15.
- Pollock, J. 1974. *Knowledge and Justification*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Pollock, J. 1986. *Contemporary Theories of Knowledge*. 1st ed. Towota, NJ: Rowman & Littlefield Publishers.
- Ritz, V. 2023. Doxastic Voluntarism. In: J. Fieser; B. Dowen (ed.), *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://iep.utm.edu/doxastic-voluntarism/>. Acesso: 08.12.2023.
- Senor, T. D. 1996. The Prima/Ultima Facie Justification Distinction in Epistemology. *Philosophy and Phenomenological Research* 56(3): 551–566.
- Siegel, H. 1988. Rationality and epistemic dependence. *Educational Philosophy and Theory* 20(1): 1–6.
- Szwako, J.; Ratton, J.L. 2022. *Dicionário dos Negacionismos No Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.
- Tal, E.; Comensaña, J. 2017. Is Evidence of Evidence Evidence?. *Noûs* 51(1): 95–112.
- The Guardian. 2000. BSE Crisis: Timeline. *The Guardian*. 26 de outubro, 2000. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk/2000/oct/26/bse3>. Acesso: 12.08.2024.
- The New Scientist. 2020. BSE Disaster: The History (By Claire Ainsworth and Damian Carrington). *The New Scientist*. 25 de outubro, 2000. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn91-bse-disaster-the-history/>. Acesso: 01.12.2023.
- Whiting, D. 2020. Higher-Order Evidence. *Analysis* 80(4): 789–807.
- Worsnip, A. 2022. Review of ‘Bad Beliefs: Why They Happen to Good People’. *Notre Dame Philosophical Reviews*. November 02, 2022. Disponível em: <https://ndpr.nd.edu/reviews/bad-beliefs-why-they-happen-to-good-people>. Acesso: 02.12.2023.

Notas

¹Epistemólogos sempre consideraram o raciocínio, a percepção, a introspecção e a memória como as fontes primárias do conhecimento e da justificação, ao passo que o testemunho era visto como tendo somente um papel secundário até a reviravolta social na epistemologia contemporânea.

²Todas as traduções de citações originalmente em língua inglesa são de nossa autoria.

³Para uma defesa contemporânea robusta do evidencialismo, cf. Conee & Feldman (2004).

⁴Para uma caracterização robusta da divisão do trabalho epistêmico a partir da noção de dependência epistêmica, cf. Goldberg (2011).

⁵Note que aqui não estamos nos comprometendo com o *voluntarismo doxástico direto* — a tese de que os agentes epistêmicos têm *controle voluntário direto* sobre a formação de suas crenças. A autonomia epistêmica não exige um *controle direto* sobre aquilo que acreditamos. Por exemplo, ao vermos uma casa podemos não ter controle quanto à formação da crença que aquilo é uma casa. Antes, a autonomia epistêmica exige *controle indireto* sobre como formamos e mantemos as nossas crenças. Por exemplo, um controle quanto a quais ambientes e contextos frequentamos, com quem nos informamos, o que lemos, etc. Para uma introdução ao voluntarismo doxástico, cf. Ritz (2023).

⁶Está para além do nosso objetivo analisar aprofundadamente o negacionismo científico. No que segue, apresentaremos uma análise sucinta que serve ao propósito deste artigo. Para uma análise profunda do negacionismo científico, cf. Hoofnagle & Hoofnagle (2007); Diethelm & McKee (2009); McIntyre (2019), (2022); Szwako & Ratton (2022).

⁷Para uma crítica à tese que o negacionismo científico seria uma forma de ceticismo, cf. McIntyre (2019), pp.155-159; Lins Lemos & Cani (2023).

⁸Esta distinção entre negacionismo individual e negacionismo deferente já foi, de certa forma, traçada por alguns estudiosos do negacionismo. Para um tratamento do negacionismo individual, cf. McIntyre (2021), pp.1–32; Perini-Santos (2022), Cormick & Edelsztein (no prelo); para um tratamento do negacionismo deferente, cf. Hoofnagle & Hoofnagle (2007), Diethelm & McKee (2009), McIntyre (2021), pp.33–58; Cormick & Edelsztein (no prelo). Agradecemos a um parecerista anônimo por nos chamar atenção para esta distinção.

⁹No que se segue usaremos “negacionismo”, sem a qualificação “individual” ou “deferente”, quando a distinção entre negacionismo individual e deferente não for relevante. Apenas especificaremos uma destas versões quando tal especificação for necessária à luz do contexto.

¹⁰Aqui desenvolvemos de maneira mais aprofundada uma tese originalmente proposta por Diethelm & McKee (2009).

¹¹Está para além dos objetivos deste artigo avaliar aprofundadamente os interesses por trás da prática negacionista. Para uma análise aprofundada, cf. Oreskes & Conway (2010), Szwako & Ratton (2022).

¹²Os irmãos Hoofnagle propõem uma definição de negacionismo ligeiramente diferente da nossa: “[o] negacionismo é o emprego de táticas retóricas para dar a aparência de argumento ou debate legítimo, quando na realidade não existe nenhum” (2007).

¹³A satisfação das práticas (1)-(5) não é uma *condição necessária* para que o agente epistêmico seja genuinamente negacionista. Contudo, McIntyre (2021) parece assumir que a satisfação de (1)-(5) é necessária para o agente ser negacionista. Julgamos tal requerimento *insustentável* à luz da distinção entre o negacionismo individual e o deferente: o negacionista individual simplesmente não pratica (2) e (3). Geralmente os negacionistas de fato empregam (1)-(5), mas por vezes decidem não empregar uma ou mais destas práticas.

¹⁴Elizabeth Anderson (2011) propõe um conjunto de critérios a partir dos quais leigos podem avaliar o testemunho de especialistas. Ela argumenta que, embora o leigo não seja capaz de avaliar a evidência de primeira ordem acerca de questões científicas, este possui capacidades de segunda ordem para avaliar a credibilidade do testemunho científico e o consenso entre especialistas. Ainda que haja pontos de convergência entre a proposta de Anderson e a nossa, é preciso destacar que o interesse principal de Anderson está na aplicação de tais critérios e no seu potencial impacto perante a opinião pública, ao passo que o nosso

propósito principal é demonstrar a irracionalidade da posição negacionista.

¹⁵Vale observar que a nossa proposta não é inteiramente incontroversa. Com efeito, alguns autores interpretam evidência de evidência (ou seja, evidência de que existe evidência) simplesmente como evidência de primeira ordem adicional. Nesta visão alternativa, portanto, evidência de evidência não teria qualquer papel epistêmico distintivo. Contudo, devido a uma limitação de espaço, está para além do nosso objetivo avaliar este debate. Para uma apresentação, cf. Tal & Comensaña (2017), Eder & Brössel (2019).

¹⁶Trata-se de uma noção veritística de especialista na medida em que sustenta que o estatuto de especialista conferido ao agente epistêmico requer que suas crenças sejam ligadas à verdade (*truth-linked*). Cf. Goldman (2018).

¹⁷Aqui é preciso sublinhar que para refutar esta objeção não é preciso avaliar se a autonomia epistêmica é ou não gradual. Isto é, se autonomia vem ou não em grau, no sentido de ser possível ser mais ou menos autônomo. No que se segue, argumentamos que esta objeção é falha por outros meios.

¹⁸Similarmente, Harvey Siegel (1988) já argumentou que a deferência racional não implica redução da autonomia epistêmica.

¹⁹Há um profundo debate quanto à natureza dos ambientes epistemicamente poluídos e como eles afetam a racionalidade dos agentes epistêmicos neles inseridos. Contudo, está para além do objetivo deste artigo avaliar este debate. Cf. Levy (2022).

²⁰Negacionistas climáticos são provavelmente o exemplo paradigmático de negacionistas envolvidos neste segundo cenário. Como Anderson (2011) observa, grande parte deles parece ignorar a existência de um consenso científico que indica fatores antropogênicos como as causas determinantes das mudanças nos padrões de temperatura e clima em nosso planeta. Mais especificamente, ela afirma que uma das razões que contribuem para a ignorância quanto à existência de tal consenso científico é o modo pelo qual a imprensa tradicional (“a grande mídia”) lida com o assunto, muitas vezes transmitindo a convicção de que há um desacordo científico legítimo quanto a se, de fato, o aquecimento global é provocado por seres humanos ou simplesmente por causas naturais. Para um estudo sobre a cobertura jornalística em torno do aquecimento global nos Estados Unidos, cf. Antilla (2005).

²¹Roderick Chisholm (1964) é reconhecido como um dos primeiros a aplicar a noção de anulabilidade e a distinção entre justificação *prima facie* e justificação *ultima facie*, consagradas na ética, às questões epistemológicas. Para mais informações, cf. Senor (1996), Fett (2019).

²²Seguindo a distinção de Pollock (1974, 1986), anuladores podem ser solapadores ou refutadores. Dizemos que D é um anulador solapador (*undercutting defeater*) para a crença de que P se D é uma razão para duvidar ou descrer que E oferece apoio evidencial para P (a saber, D abala a conexão evidencial entre E e P). Por sua vez, D é um anulador refutador (*rebutting defeater*) para a crença de que P se D é uma razão que impede que E apoie a crença de que P porque oferece apoio evidencial para a crença de que não-P.

²³No seu recente livro *Bad Beliefs: Why They Happen to Good People* (2022, pp.xiii, pp.82–84), Neil Levy afirma que crenças contrárias ao consenso científico têm a mesma origem que crenças baseadas no consenso científico: todas são, em última análise, produto da deferência. Ou seja, todas recorrem ao mesmo método de formação de crenças. Em uma resenha crítica ao livro de Levy, Alex Worsnip (2022) argumenta que para afirmar que os negacionistas estão justificados em sustentar as suas crenças, é preciso antes explicar por qual razão os

negacionistas são racionais ao dar mais importância ao testemunho de outros negacionistas do que ao testemunho dos que defendem o consenso científico. O argumento de Worsnip coincide em alguns aspectos com a nossa resposta à objeção examinada nesta seção.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a Miguel Egler, Marcelo Cabral, Julien Dutant, Eduardo Alves, Tiegue Vieira, Carlos Sartori, Verônica Campos e Neri Marsili por valiosas críticas e sugestões ao longo desta pesquisa. Também agradecemos aos participantes do GT de Epistemologia Analítica do XX Encontro ANPOF, Workshop de Epistemologia Contemporânea na UFRPE, II Encontro Recifense de Filosofia na UNICAP, III Simpósio de Lógica e Filosofia Analítica na UFMA, Semana de Pesquisa do Departamento de Ciências Sociais na UFRPE, Laboratório de Epistemologia Contemporânea da UFSM e II Simpósio da Pós-Graduação em Filosofia na UFRN.